

A BNCC E A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS REESTRUTURA DO CAPITAL E REPRODUÇÃO DIDÁTICA PARA O MERCADO DE TRABALHO

Daniela da Silva Pereira Alcamim¹

INTRODUÇÃO

Diante de um cenário estruturado de acordo com as características de um governo neoliberal, a educação no Brasil tem trilhado um caminho lento e árduo perante um estreito espaço de resistência ao enfiamento da real intencionalidade implícita instituída nas leis estabelecidas em cada etapa educacional. A educação está presente na vida do indivíduo desde muito cedo e é obrigatória a partir dos 4 anos de idade (BRASIL, 1996). Sendo assim, características estabelecidas na vida do aluno desde muito cedo direcionam determinados desenvolvimentos que, atualmente, vai além da estrutura cognitiva, adentrando aos aspectos socioemocionais não do aluno, mas do futuro profissional que precisa desenvolver habilidades para estar frente ao mercado.

Compondo uma perspectiva qualitativa estruturada no método histórico dialético, que considera a possibilidade de transformação da realidade, a pesquisa pretende compreender de forma sucinta os aspectos formativos socioemocionais descritos na Base Nacional Comum Curricular, onde desde na educação infantil, momento inicial que a criança tem contato com a educação formativa, já prevê o direcionamento de práticas educativas voltadas para o desenvolvimento do aspectos socioemocional e a dúvida é por qual motivo a educação socioemocional precisa ser trabalhada na educação básica? Estruturada nas obras de Ricardo Antunes (2009), (2018); Elizabeth Macedo (2014); Tassia Ciervo e Roberto Silva (2019), Frigotto (2013) e Maria Araújo e Djalma Borges (2000), a pesquisa aponta interesses governamentais estruturados em políticas curriculares (MACEDO, 2016) para além da educação voltada para os saberes e conhecimentos, enfatizando o resultado de um comportamento adequado para necessidade de mercado.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL; Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica – Universidade Santa Cecília; Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista – UNIP; Especialista em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul IFMS. E-mail: danielaalcamim@gmail.com

A história da educação no Brasil é marcada por conflitos de interesses desde sua invasão territorial, que utilizou da educação jesuíta um mecanismo de estratégia, convencimento e domínio. Após invasão no ano de 1500, a educação acontecia de forma fragmentada até a Constituição Federal de 1988 que define as primeiras leis que estabeleciam direitos humanos sobre a oportunidade educativa sendo:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Tendo a educação uma relação totalmente estrita com o trabalho desde sua efetivação mediante implementação de leis que descreve tal relação, de acordo com a Constituição de 1988, a organização educacional estabelecida junto à governos internacionais, cumprindo uma agenda neoliberal em consonância com legislação nacional e a sociedade civil, vem delineando a educação conforme a necessidade do mercado de trabalho e através dessa realidade, o planejamento e a estrutura que determina a normatização curricular em âmbito nacional são pensadas para suprir mão de obra de acordo com a necessidade do mercado. (MACEDO, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular, atual documento instituído em âmbito nacional, determina uma organização educacional padronizada em todas as instituições de ensino das redes particular e privada, define competências e habilidades para o desenvolvimento da criança em todas as etapas educacionais (BRASIL, 2019). Dentre diversas competências que são estabelecidas mediante o trabalho pedagógico, o documento direciona o desenvolvimento socioemocional para ser realizado concomitantemente com os conhecimento necessário para o desenvolvimento cognitivo em sala de aula, uma certa “[...] emocionalização pedagógica (CIERVO; SILVA, 2019, p 383), que foca o trabalho do professor não mais no conhecimento, mas no padrão determinado das habilidades socioemocionais que visam um cidadão produtivo e resiliente para o mercado de trabalho. Tal perspectiva traz inquietação para o artigo, visto que as prescrições do currículo, antes voltada para o conhecimento de mundo atenta-se agora para o desenvolvimento socioemocional. Assim a pesquisa buscará auxiliar na compreensão das intenções políticas, compreendendo a escola como um dos aparelhos ideológicos do Estado (NEVES, 2016). O artigo não pretende descrever os diversos conflitos presentes durante a constituição das leis educacionais em sua

profundidade, nem as alterações que resultaram na Base Nacional Comum Curricular porque dificilmente tais descrições caberiam em páginas de um artigo. Porém, a pesquisa pretende compreender, de acordo com os teóricos supracitados, as fragmentações no contexto educacional que oportunizam a inserção de intencionalidades propositivas regidas pelo poder mediante mecanismos estruturais que integram a educação e, por consequência, acarretam em influências na formação humana.

De modo a garantir mão de obra específica para manter a ordem social de acordo com a necessidade da reestruturação do capital, a organização curricular educacional se desenha para manter o domínio e o controle estabelecido pelo poder onde a riqueza produzida pela classe trabalhadora é destinada a uma minoria e o sistema capitalista se encarrega de reproduzir a sociedade subalterna.

DESENVOLVIMENTO

A constituição histórica da educação nacional emergiu de a necessidade da classe burguesa favorecer seus interesses utilizando como mecanismo a organização educacional para estabelecer uma divisão da estrutura social subdivididas em classes com o propósito de manter a segregação entre os donos do capital (domínio) e os indivíduos que se prestam a serviços para o mercado de trabalho (dominado).

Foi a equipe de Theodoro Schultz, nos Estados Unidos, que, ao longo da década de 1950, buscou responder essa questão e construiu a noção de capital humano. Este entendido como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que potenciam a força de trabalho das diferentes nações. [...] Trata-se de uma noção que falseia o sentido real do capital, pois este não se traduz numa coisa, mas é uma relação social e historicamente construída. Uma relação cujo fundamento é a exploração e expropriação, pela classe detentora privada dos meios e instrumentos de produção, dos que necessitam vender para sobreviver sua força de trabalho física e intelectual, a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2013, p. 04).

Mediante a concepção do capital humano, as políticas estabelecidas emergiram voltadas para o interesse da formação do aluno adequando seu aprendizado e utilizando da educação como um mecanismo para manter a estrutura de poder e domínio, de modo a adequar as necessidades do mercado.

De acordo com a imposição estabelecida pelo poder, a sociedade atual é representada por essa realidade que define em seu contexto histórico, padrões educacionais que se modificam de modo a manter essa estrutura cada vez mais elaborada, visto que a educação possui desde o século XVIII, fragmentações legislativas que ignoram a efetivação e a garantia da real necessidade do aluno (FRIGOTTO, 2013).

O contexto histórico da educação constituída no país é vindo de lutas e retrocessos, assumindo assim seu papel no espaço dialético que ocupa na sociedade de possível transformação. Porém, as leis que regulamentam a organização curricular são repletas de influências e interesses governamentais de acordo com a agenda internacional (MACEDO, 2014). Dessa forma, a educação passa a ser utilizada como ferramentas propositivas na reestrutura do capital e prossegue com interesses divergentes:

Grupos políticos distintos se constituem, no entanto, no processo de significar tanto a qualidade da educação quanto a suposta crise do sistema. Ou seja, as diferentes demandas tornadas equivalentes na luta por uma educação de qualidade também não são unitárias, elas são constituídas e hegemônicas em outras articulações.” (MACEDO, 2014, p. 1536).

Partindo da consideração que a BNCC se formata em um contexto previsto mediante interesses de uma agenda neoliberal e, em cumprimento à essa agenda, determinam as condições de trabalho, lazer e educação do homem. Em consonância com interesses governamentais em âmbito federativo e internacional, a BNCC foi formatada ao longo dos anos com intuito de assegurar a organização predeterminada à formação educacional desde a educação infantil ao ensino médio. As alterações educacionais estabelecidas até a oficialização da BNCC evidenciam um planejamento estratégico que de acordo com Frigotto “[...] Cada reforma tem implicações diretas sobre a vida escolar, o trabalho docente e, sobretudo, no tipo de formação humana – colonizadora e alienadora ou emancipadora.” (FRIGOTTO, 2013, p. 01).

Diante dessa perspectiva, a centralidade da educação não assume seu papel principal. Inserida em conflito de interesses governamentais, que utiliza dos mecanismos disponíveis dentre eles, a educação, para estabelecer as demandas de acordo com a reestruturação de um governo neoliberal. Tal formulação da educação

resulta na classe trabalhadora para reprodução e reposição de mão de obra específica para o mercado de trabalho.

A educação pensada na oferta de um conhecimento mínimo para constituição da Base Nacional não é recente. Descrita como um de seus objetivos, a Lei de Diretrizes e Bases para a educação, previa um documento formativo que delineasse as etapas de ensino em todo território nacional e assim em consonância com os Estados, a União, e os Municípios, instituir competências e diretrizes norteados pelo currículo e os conteúdos mínimos necessários para garantir a formação básica (BRASIL, 1996). Tais conceitos educacionais “[...] surgiram na Europa, nos Estados Unidos e também na América Latina, aí seguindo de políticas propostas pelo Banco Mundial” (MACEDO, 2014, P. 1533). Ao mesmo tempo, membros da sociedade civil interferiam nas políticas educacionais com intuito de intensificar o controle sobre os currículos (MACEDO, 2014), pois definem a estrutura e a forma que a escola atenderá os alunos em âmbito educacional:

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2019).

Partindo de questionamentos subjetivos, se existe uma Base Nacional Comum Curricular instituída em âmbito nacional que estabelece uma avaliação educacional para o desenvolvimento das competências e habilidades avaliando o que se espera que o aluno desenvolva que, automaticamente, determina o trabalho dos profissionais da educação, já podemos desconsiderar a democracia na qual o documento define por um de seus objetivos, pois a aplicabilidade da BNCC na instituição de ensino não é optativa.

Diante da perspectiva de um governo neoliberal que atende as demandas de mercado, onde a força da mão de obra humana é pensada para garantir a estrutura do capitalismo em sua maior produção, maior rendimento e maior desempenho dos

funcionários aprimorando o mecanismo de lucro (CIERVO; SILVA, 2019), todo processo educacional é estabelecido mediante tal concepção.

Com os reflexos de afetações diretamente no mundo do trabalho que assume o papel principal das alterações no processo produtivo e diante da necessidade da superprodução incessante no mercado, os trabalhadores precisam desenvolver competências e habilidades para adequar-se à essa nova realidade. Visto que essa é uma demanda da atual realidade do país, a BNCC instrui em um formato pedagógico precocemente, o futuro trabalhador que precisa desenvolver competências e habilidades para esse novo mercado e não os alunos em formação. Tais considerações buscam atender o mercado de trabalho que cada vez mais encontra-se seletivo e a educação, serve como mecanismo específico para anteder esse exigente mercado, assim:

Em um mercado de trabalho restritivo em termos de postos de trabalho e mais seletivo quanto a força de trabalho, a escolaridade e a oportunidade de aprender coisas novas são elementos que certamente aumentam as chances de inserção no mercado de trabalho. Quando o indivíduo está à margem de um processo de escolarização e em decorrência marginaliza-se de outras oportunidades de desenvolvimento de novas habilidades, de novas competências, esta é uma forma de exclusão social do mercado de trabalho. Ou seja, o indivíduo nem sequer disputa uma vaga (ARAÚJO; BORGES, 2000, p. 15).

Em um mercado acirrado já se encontram os alunos caminhando para a formação, pois a realidade da atual sociedade em âmbito nacional, determinam as características necessárias para uma vaga no mercado de trabalho e essas vão além da obtenção do conhecimento específico que necessita a função, pois atualmente as empresas estabelecem quais competências e habilidades o trabalhador necessita compor para que ele tenha empregabilidade para o mercado.

Cumprindo com agenda neoliberal mediante acordos estabelecidos nacional e internacionalmente, o desenvolvimento dessas competências e habilidades adentram ao âmbito escolar e explicitamente na educação básica e assim, do futuro trabalhador se espera:

Da mão de obra será exigida maior capacidade de auto-aprendizagem, compreensão dos processos, capacidade de observar, de interpretar, de tomar decisões e avaliar resultados. É necessário ainda, o domínio da linguagem técnica, a capacidade de comunicação oral e escrita, a disposição para trabalhar em grupos, a

polivalência cognitiva e a versatilidade funcional no trabalho (ALVES E VIEIRA, 1997:69 apud ARAÚJO; BORGES, 2000, p. 11).

Partindo da necessidade do mercado de trabalho exigir do empregado determinadas habilidades para executar a função, os requisitos desenvolvidos pelo homem durante sua vida necessitam vir ao encontro dos requisitos da vaga, pois a empresa já possui os moldes predeterminados que o trabalhador deve ter para concorrer ao emprego, que agora vai além do conhecimento técnico e se torna imprescindível o desenvolvimento de competências pois “[...] Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se com a flexibilidade que o mercado necessita e pelo tempo que necessita.” (FRIGOTTO, 2013, p. 09).

Após a grande reformulação estrutural denominada, Consenso de Washington de 1990, as relações de trabalho se tornaram ainda mais precárias, pois o consenso foi tratado por economistas de instituições privadas com o apoio do Fundo Monetário e o Banco Mundial, onde estratégias foram definidas para regulamentar a economia de países com dívidas:

Trata-se de um receituário de um escopo de ideais mais amplo que se denominou de neoliberalismo. O livre movimento do capital, especialmente especulativo, e das mercadorias, a subordinação dos Estados nacionais como garantia da reprodução ampliada do capital e o uso de tecnologias no processo de produção que podem, ao mesmo tempo, dispensar trabalhadores em massa e intensificar a exploração dos que trabalham, permite um golpe nos trabalhadores e nas organizações sindicais e políticas que lutam por seus direitos (FRIGOTTO, 2013, p. 08).

A reestrutura da organização do trabalho afetam todas as áreas sociais da vida humana. Conceitos antes estabelecidos somente em empresas, adentram as instituições de ensino do país, que, cumprindo com uma agenda regida por governos neoliberais, visa reestruturar não só a mão de obra para o mercado de trabalho, mas também, características que tornem o homem mais produtivo, motivado, empreendedor e responsável por si, por consequência, afeta toda atividade da vida humana e as organizações sociais, dentre elas, a escola.

A realidade, assumindo mais uma vez sua composição dialética, se transforma e a escola, instituição formadora, se torna um campo de interesses para o qual é direcionado a necessidade do governo vigente e estipula mediante reestruturação curricular, o desenvolvimento necessário que o homem precisa

adquirir para adentrar o mercado de trabalho e “[...] nesse sentido, o trabalhador não se apresenta como possuidor de um saber apenas, mas como um produto que continua a se produzir, continuamente.” (CIERVO; SILVA, 2019, p. 386).

De acordo com a estrutura Toyotista, a organização sobre o domínio do trabalhador em sua totalidade, vai desde a designação de funções além das atividades para as quais foi contratado, como a responsabilização pela produção e manutenção de seu emprego, onde se destaca o indivíduo sobressalente ao outro emergindo a individualidade e maior segregação entre os empregados. Visando o aumento de produção, os sentidos das palavras se alteram para mudar, de forma implícita, o comportamento do trabalhador que passa a ser também “dono da empresa”, colaborador, para que não percebam a real intencionalidade que visa o aumento de produtividade incessante e a precarização da vida humana (ANTUNES, 2018).

A escola, que assume o papel da educação formal na vida do indivíduo, é influenciada diretamente pelos governos nacionais, internacionais e da sociedade civil, intensificando critérios para serem desenvolvidos no aluno para além do conhecimento necessário, pois “[...] o uso da noção de competências na área educativa tende a substituir outras perspectivas prevalentes anteriormente, como saberes e conhecimento (ROPÉ; TANGUY, 1997 apud CIERVO; SILVA, 2019P. 389).”

De acordo com a transformação histórica que sofre a educação em nosso país, as políticas governamentais aparecem em um cenário de inconstância entre avanços e retrocessos, desde a invasão europeia no território nacional. Tardiamente, a educação conquistou em 1988 mediante a Constituição o primeiro momento político que obteve atenção para estruturar uma educação unificada para todo território nacional. A partir de 1996, após promulgada a Lei de Diretrizes e Bases iniciou-se a discussão para normatização da elaboração de uma Base Nacional Comum para garantir a formação básica, mínima comum. No mesmo ano, os Parâmetros Curriculares Nacionais, foi dirigida ao Ministério da Educação juntamente ao Conselho Nacional de Educação com objetivo de homologar o documento para efetivação de Diretrizes Curriculares Nacionais (MACEDO, 2014, p. 1532).

Os apontamentos de Macedo, 2014 na perspectiva de Ludke, 1999, identificaram a falta de retorno quanto as considerações realizadas pela sociedade e

pelos os envolvidos na educação. Diversas críticas foram direcionadas aos Parâmetros, visto a grande quantidade de detalhes trazidos pelo documento e para não ignorar totalmente as considerações apontadas, firmou-se a elaboração das Diretrizes Curriculares de forma mais abrangente permanecendo os Parâmetros como opção não obrigatória (MACEDO, 2014).

A readequação do documento evidenciou uma fragmentação durante sua constituição, perdendo a capacidade central de seu objetivo de unificar propósitos curriculares. Na década de 1990, diversas alterações ocorreram na área da educação voltadas sempre para o currículo. Tais mudanças assumiram características reformistas ocorridas inicialmente em outros países da Europa, nos Estados Unidos, como também na América Latina, onde a elaboração do currículo considerou as reivindicações políticas recomendada pelo Banco Mundial. (MACEDO, 2014).

Seguindo a ordem estabelecida por agentes internacionais, junto a sociedade civil em conjunto com o governo nacional, em 2011, o currículo escolar sofreu forte influência para implementação das competências socioemocionais. Os agentes influenciadores para tal implementação curricular com o objetivo de assumir o domínio em âmbitos estratégicos na formação do indivíduo, contou com e empresas da fundação Roberto Marinho, Ailton Senna, Lemann, dentre outras, instituíram-se para ações através do movimento Todos pela Educação voltando seus interesses no desenvolvimento do currículo complementar e favorecer a formação educacional pensando no funcionário eficiente. Tal implementação surgiu devido à crise do capital que se ajusta de acordo com as necessidades de mercado. A produção deve ser contínua, com excelência e o funcionário precisa estar em condições de se adaptar a todas as situações que lhe for apresentada, sempre da melhor forma, assumindo seu profissionalismo com resiliência.

Com as adequações da estruturação curricular, a perspectiva da educação em âmbito político:

[...] tomam a qualidade da educação como significante nodal capaz de sobre determinar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político. Nos termos da teoria do discurso, o caráter público da educação e sua ineficiência, funciona como exterior constitutivo que cria uma rede de demandas em torno de reformas pela lógica do mercado. A hegemonia da nova forma de sociabilidade é garantida pela expulsão das antigas formas de gestão da educação como bem público. (MACEDO, 2014, p. 1536-1538).

A articulação entre as demandas de mercado e as estruturas políticas que emergem como influência a uma nova estrutura na área educacional, que, de certa forma descaracteriza seu objetivo e funcionamento central para qual sua constituição foi estabelecida, sofre reestruturação de toda organização curricular.

No ano de 2014 aconteceu o Fórum Internacional da Educação de Políticas Públicas no Estado de São Paulo, que voltaram seus interesses em “Educar para o século XXI, participantes da sociedade civil e representantes governamentais trataram durante a reunião, a necessidade de inserir as habilidades socioemocionais para o sucesso acadêmico com a afirmativa:

Acreditamos que as competências socioemocionais precisam ser incluídas em políticas públicas educativas ambiciosas e vamos sistematizar e financiar iniciativas que incentivem e desenvolvam as competências socioemocionais nos estudantes (FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2014, p. 1-2 apud (CIERVO; SILVA, 2019, p. 395).

O indivíduo que compõe a atual realidade social, está submetido a um governo neoliberal que tem por objetivo desenvolver características cada vez mais individualizadas com intuito de formar um ser cada vez mais flexível, aberto a constantes transformações e adaptável ao mercado de trabalho. (CIERVO; SILVA, 2019).

Com ênfase na educação emocional, as políticas caminham de maneira estrita, com objetivo da formação educacional do indivíduo ser resposta para sua entrada no mercado de trabalho (CIERVO; SILVA, 2019).

De acordo com o desenvolvimento das competências descrito no Relatório de Delors, aspectos do conceito de qualificação foram substituídos para o desenvolvimento das competências com ênfase no saber fazer, assim, “[...] o uso da noção de competências na área educativa tende a substituir outras prevalentes anteriormente, como saberes e conhecimentos.” (CIERVO; SILVA, 2019, p. 390). Assim os autores consideram:

[...] o termo competência parece estar inseparável da ação, que, portanto, depende de um saber prático que necessita ser avaliado constantemente, com vistas a fixar valores profissionais nos indivíduos. Como consequência, “a escola é intimada a adaptar seus alunos aos comportamentos profissionais que lhes são reclamados mais tarde” dando então mais propriedade às qualidades pessoais

empregáveis do que a conhecimentos apropriados. (LAVAL, 2004, p. 60 apud CIERVO; SILVA, 2019, p. 390).

Desta forma, o desenvolvimento educacional que até então era estruturado para desenvolver os alunos em seus conhecimentos, sofrem alterações para o desenvolvimento de competências e habilidades que devem ser trabalhadas pelo professor para que o aluno possa ser um profissional do futuro e desempenhe diversas funções. As instituições educacionais se estruturam para suprir essas exigências e assim, a educação tem sofrido fortes influências e diversas alterações, pois atualmente, “[...] o conhecimento deve estar a serviço do desenvolvimento de competências, as quais articulam aspectos socioemocionais e cognitivos”. (CIERVO; SILVA, 2019, p. 392).

De acordo com tais exigências, a BNCC rege todas as etapas da educação básica ao ensino médio e estabelece competências e habilidades necessárias para preparar o aluno para o trabalho (BNCC, 2019).

A educação formal obrigatória tem influência na vida do aluno a partir dos 04 anos de idade, o desenvolvimento socioemocional é previsto em todas as etapas educacionais na vida do aluno, pois agora, a educação busca desenvolver o futuro trabalhador resiliente e flexível, que se adeque as condições necessárias ao mercado. De acordo com Antunes:

[...] o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas de produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase da vigência do neoliberalismo (ANTUNES, 2009, p. 44).

Alcançando patamares que vão além da força de trabalho, as competências socioemocionais foram instituídas no currículo educacional e mudaram a vertente, que de conhecimentos que eram oferecidos durante os avanços das etapas anuais, passaram a ser mensuradas mediante o desenvolvimento de competências e habilidades estabelecidas inclusive nos aspectos de controle socioemocional de acordo com o modelo vigente, estabelece o gerenciamento e fiscalização de controle curricular em todo desenvolvimento do aluno, futuro trabalhador.

CONCLUSÕES

Compreendendo a BNCC como documento balizador das constituições pedagógicas educacionais que desenvolvem o homem para o mundo do trabalho, o resultado da pesquisa se aplica estreitamente a algumas considerações pontuais sobre o interesse político e suas intencionalidades na constituição da formação de políticas para a educação.

Desde muito cedo a criança já é inserida na escola sendo a primeira etapa da educação formal obrigatória a partir dos 4 anos de idade. Já na introdução da BNCC, existem considerações que priorizam o desenvolvimento de competências e habilidades que determinam as ações pedagógicas para o mensurar o desempenho do aluno.

A criança passa diversas horas do dia na escola e fatores que possam influenciar seu aprendizado e percepção de mundo através das práticas educativas são constantemente reestruturados por leis governamentais. A Pedagogia das Competências, proposta via BNCC, salienta a formação desprovida de criticidade e de leitura ampla do mundo. De acordo com o documento:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2019, p. 15).

Determinada mediante documento federativo oficial, a BNCC é extremamente direta ao organizar o que e como o desenvolvimento do aluno deve acontecer nas instituições escolares. O trabalho pedagógico é determinado para o desenvolvimento das competências e das habilidades, que, obrigatoriamente, serão introduzidos na vida do aluno durante toda sua formação escolar, assim “[...] o conhecimento escolar possui um caráter utilitário, com vistas a equipar o sujeito para adaptar-se às demandas da atualidade.” (CIERVO; SILVA, 2019, p. 392).

A crise estabelecida pelo capital ocasiona a reestrutura educacional que afeta a organização curricular e influência na formação humana. Os esforços estabelecidos por agentes políticos e pela sociedade civil tiveram efetivação diante da promulgação da BNCC, que, em toda sua estrutura, vincula o trabalho pedagógico e o desenvolvimento do aluno às competências e habilidade de acordo com os exigidos pelo poder, para que seja possível quantificar e automaticamente controlar, se é que é possível, o desenvolvimento das competências e habilidade humanas em seus aspectos também socioemocionais (CIERVO E SILVA; 2019).

As descrições trazidas na Base Nacional Comum Curricular identificam:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. (BRASIL, 2019, p. 08-09).

Diante da necessidade de estabelecer o trabalho pedagógico voltado especificamente para do desenvolvimento das dez competências trazidas para a educação básica, destacam-se a aquisição de habilidade voltadas para o indivíduo:

[...]reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2019, p. 16).

O trecho aponta a pluralidade de bases teóricas e intenções políticas que se manifestaram na elaboração da base, pois integram as capacidades de “reconhecer-

se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo”, com as competências para ser “aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável. ”

Ao inserir a escola nos requisitos necessários determinados pelos agentes norteadores que dominam o mercado de trabalho, desestrutura-se o propósito inicial da educação que desvia a formação central do aluno para interferir na amplitude de conhecimento de mundo e direciona o desenvolvimento para competências e habilidades que fragmentam o aprendizado e, de acordo com a autorização e ordenação política estruturada mediante a BNCC, designa o desenvolvimento do aluno a ser mensurado através das competências e habilidade, que é o que será importante para o mercado, e não para o aluno.

Assim, o contexto educacional que se desenha na história do país é explicitamente envolto de interesses da burguesia que vão desde a educação jesuíta aos dias atuais representadas pela BNCC.

O governo neoliberal estruturado mediante poder capitalista, determina a divisão da sociedade em classes. Essas reestruturas sofrem intervenções diretas na vida do trabalhador que precisa se ajustar de acordo com a realidade para poder continuar empregado, desempenhando competências e habilidades inclusive socioemocionais para permanecer no mercado.

Diante das concepções educativas estruturadas de acordo com o governo neoliberal, características de domínio estão evidenciadas na estrutura capitalista estabelecendo divisões de classes de forma extrema, onde a desigualdade social aumenta de forma discrepante e se intensifica a cada momento da história.

Na educação não é diferente. Diversas transformações ocorridas no currículo educacional estabelecem múltiplas faces da organização política que possuem por objetivo a reestrutura do capital para maior aumento da riqueza de poucos que permanecem no poder e por outro lado, a manutenção de mão de obra para o mercado de trabalho.

A educação desde sua constituição formal, crítica, filosófica, sempre esteve disponível aos mais altos níveis da sociedade. A educação em sua supremacia ainda permanece em mãos poderosas que determinam e estabelecem a ordem da sociedade, pois “[...] a dualidade escolar é uma exigência estrutural da sociedade de classes”. (FRIGOTTO, 2013, p. 05). Aos que se sobressaem diante dessa realidade, resta um pequeno espaço de resistência que em meio aos campos de guerra

representados pelas instituições escolares, possuem nas salas de aula um possível espaço de resistência, uma oportunidade da oferta ao verdadeiro conhecimento para o aluno.

Entre o desenvolvimento de uma competência e uma habilidade, é possível oportunizar o real conhecimento ao aluno, as alternativas para além do mercado de trabalho que lhes são na maioria das vezes ocultas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boi Tempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2009.

ARAÚJO, M; BORGES, D. Globalização e mercado de trabalho: educação e empregabilidade. **Organ. Soc.** Salvador, v.7, n. 17, p. 9-16, Abr. 2000 . Disponível em: [//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000100001&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 Jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Brasília: Presidência da República Casa Civil, 1988. Acesso em 20 jun.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CIERVO, T. SILVA, R. A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil. **Revista e-Curriculum**. São Paulo. V. 17, nº 02, p.382-401, abr de 2019.

FRIGOTTO, G. **Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. Rio das Ostras, 2013.

MACEDO, E. Base Nacional Comum Curricular: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **Revista e-Curriculum**. São Paulo. V. 12, nº 03, p.1530-1555, out/dez, de 2014.